

**OS VILÕES DA GUERRA- ESQUECIMENTO E A HIERARQUIA DO PODER  
EM "VALSA COM BASHIR- UMA HISTÓRIA DA GUERRA DO LÍBANO**

Thallita Fernandes (UFSJ)

Anderson Bastos Martins (UFSJ)

**Resumo:** A *graphic novel* *Valsa com Bashir- uma história da guerra do Líbano*, escrita por Ari Folman é protagonizada por um ex- soldado que esteve presente no massacre ocorrido em Beirute, quando a milícia cristã invadiu campos de refugiados e executou centenas de palestinos. Atormentado por pesadelos frequentes, o ex-combatente passa a questionar a própria experiência em batalha e busca na coletividade da memória de outros soldados suas próprias lembranças, bem como o motivo que o impossibilitava lembrar o dia do conflito. A obra permite uma minuciosa investigação sobre a inconfiável natureza da memória e, sobretudo, denuncia a estupidez das guerras, ao apontar as questões do apagamento das lembranças para além de um trauma, atingindo relações com um poder normalizador, capaz de adestrar e fabricar uma nova subjetividade em prol da idealização e formação de uma sociedade massificada, regida por interesses individuais. A pensadora Hannah Arendt disserta sobre o totalitarismo e a irreflexão de sujeitos que não percebem a dimensão do mal que causam e aponta sistemas políticos e religiosos como responsáveis pela irrupção do mal, uma vez que matam a individualidade do homem e o transformam em um ser totalmente condicionado, previsível e coniventes com ações sobre-humanas. O apagamento da subjetividade será pensado mediante teorias sobre a memória e sobre a presença de dispositivos normalizadores em nossa sociedade, à luz das obras de Giorgio Agamben e Michel Foucault, para quem a reconfiguração dos cidadãos em consumidores, consolidou uma política da administração das necessidades vitais inseridas no ciclo de produção e consumo, o que gerou relações éticas individualistas e configurou a corrupção como estrutura dos atos individuais e grupais.

Palavras-chave: memória. Irrupção do mal. Subjetividade. Banalidade do mal. Totalitarismo.

Ari Folman é um cineasta e roteirista nascido em Haifa, Israel, em 17 de dezembro de 1962. Seu trabalho mais popular é o documentário animado *Valsa com Bashir- Uma história da guerra do Líbano*, que deu origem ao livro abordado neste artigo. O enredo se passa 24 anos após o embate, quando o escritor, na época aos 19 anos, fora combatente no conflito que culminou no massacre de milhares de palestinos. O autor ilustra o

momento em que soldados israelenses em Beirute, e membros da milícia cristã invadiram campos de refugiados e deram início ao morticínio.

A *graphic novel* é protagonizada por um ex- soldado atormentado por pesadelos frequentes, que passa a questionar a própria experiência de guerra e que busca nos fragmentos das memórias de outros combatentes, uma lembrança individual do dia do genocídio.

O ex-militar tenta desvendar o motivo que o impossibilita lembrar sua vivência durante a batalha e procura um amigo psiquiatra, que explica que o esquecimento pode ter ocorrido por culpa, uma vez que ele disparou os sinalizadores para iluminar o cenário onde ocorreram as mortes, uma vez que existem mecanismos que bloqueiam memórias e que esses espaços podem ser reconstituídos através da recordação de outros sujeitos. Enfim, o analista sugere que ele vá em busca de outras pessoas para reconstituir as lembranças que lhe faltam.

Para se justificar o personagem exemplifica como algumas experiências mantiveram este tipo de conflito presente em sua vida, de forma a parecer lógica a sua participação no incidente. O texto indica problemas sociais causados pela submissão a uma memória compartilhada, a um dever e a dispositivos que corroboram com determinados tipos de poder, que manipulam questões de guerra, mantendo-as sempre em estado latente.

A obra permite investigar a inconfiável natureza da memória e, sobretudo, denuncia a estupidez das guerras, ao apontar as questões do esquecimento para além de um trauma, de forma a demonstrar como as relações normalizadoras são capazes de adestrar e fabricar uma nova subjetividade, em prol da idealização e formação de uma sociedade massificada, regida por interesses individuais, onde o progresso pessoal é visado a qualquer preço.

A trama se desenvolve a partir do chamado de um amigo que estivera com o protagonista no *front*. Até aquele momento, a memória do narrador ainda mantinha suprimida as lembranças da época, mas o encontro desencadeou uma série de flashbacks do período em que era militar, mais especificamente, quando esteve em Beirute, na noite do massacre dos refugiados de Sabra e Chatila.

Hannah Arendt (1979) aponta o totalitarismo e a irreflexão como os culpados em massacres administrativos. Para a filósofa, o ato de matar a individualidade do homem equivale a destruir do sujeito sua espontaneidade, permitindo que reste apenas um ser condicionado, previsível e conivente com ações sobre-humanas.

A condição imposta a esses sujeitos coloca em debate a transgressão de direitos fundamentais e a dificuldade em conceituar tais atitudes como criminosas. Por esse motivo, nos leva a refletir acerca da irrupção do mal na natureza humana, perpetuada dentro de um sistema político e religioso que banaliza a violência.

Para Foucault (1976), a vida tornou-se o foco do poder: o homem em consonância ao pensamento de Hobbes (1651), começa a destruir a si mesmo. Tampouco o ambiente biopolítico, responsável pela proteção da vida, é capaz de diminuir a produção da morte, uma vez que a reconfiguração dos cidadãos em seres alienados, consolidou uma política da administração das necessidades vitais inseridas no ciclo de produção e consumo, e as relações éticas tornaram-se originárias de necessidades e interesses humanos, resultando na corrupção como norma dos atos individuais e grupais.

A noção proposta por Pierre Nora (1993), para quem a memória não surge de forma espontânea, mas é um rastro mediado e autenticado por outras perspectivas corresponde à narração, cujo acesso a uma cadeia de ações retrospectivas, é gerada mediante lembranças de outros sujeitos. Em uma mesma direção, o conceito de memória, para Jacques Le Goff (2003) corresponde a uma propriedade psíquica cuja função é conservar informações e atualizar impressões passadas.

O fenômeno, ligado à organização da vida social gera uma memória coletiva, que metamorfoseia o valor das experiências temporal e histórica. Michael Pollak (1989) destaca como tendemos a tratar fatos sociais como monumentos, determinados por uma perspectiva hierárquica e ligado às questões de reforço do sentimento de amálgama sociocultural, cujo caráter institucional, acentua a coesão social pela adesão afetiva de um grupo. Esse sistema se beneficia de um processo de conciliação ou testemunhos, que só são incorporados se concordarem com as lembranças de outros sujeitos, caso estas permitam uma reconstrução de um fato sobre uma base comum.

O caráter biográfico da obra, relativo a uma memória subterrânea, deve ser tomada por um teor testemunhal e crítico. Assim sendo, Paul Ricoeur (2007), aponta que o testemunho nos leva ao conteúdo das coisas do passado. Inaugura-se como parte da memória declarada e não encerra sua trajetória com a constituição de um arquivo, mas ressurge como artifício retórico na constituição de novas imagens.

Foi demonstrado que a verificação das construções monumentais, permitem questionar a constituição da memória coletiva, fortemente afetada por instituições políticas corrompidas, que instauram um clima de vigilância e delação, que pode vir a se estruturar como uma problemática da memória manipulada.

Insurgências e genocídios se encontram presentes no enredo de *Valsa com Bashir*, e, portanto, a obra de Hannah Arendt (1975) sobre a banalidade do mal, se faz relevante em uma comparação entre seres humanos que presenciaram massacres. Em seu livro *Eichmann em Jerusalém*, Arendt demonstra outra faceta do julgamento desse homem e aponta as incongruências entre a pessoa julgada e a figura que se fez através de discursos, mas principalmente, propõe uma outra forma de avaliar a nova categoria de crimes que surgiu na II Guerra Mundial, mediante a indistinção da violência contra soldados e civis.

Arendt relembra que em condições totalitárias, a maior parte das pessoas presta obediência cega e se preocupa com ambições egoístas, logo, questões ligadas a um interesse financeiro ou a determinado status parecem transformar o caráter dos sujeitos; de certo, é necessária uma motivação ou impulso que faça uma pessoa se alistar para lutar em uma guerra. Em *Valsa com Bashir* (2012), a canalização do desejo de recrutamento pauta-se na tradição familiar, uma vez que o pai do protagonista também servira em período insurgente, mas principalmente no desejo de vingança e raiva da namorada, que havia terminado o relacionamento amoroso e se sentiria eternamente culpada caso ele morresse em combate.

Escolhas egoístas falam mais alto do que o bem-estar de outros seres humanos. O cume, neste caso, seria contrariar a experiência, em que a consciência deve ditar regras de respeito à vida de todos. Assim, Arendt (1975) aponta uma perda da consciência, que chegou ao ponto das pessoas dificilmente se lembrarem da existência desse estado da mente.

A ideia de se envolver em um movimento grandioso, histórico e único, havia transformado os envolvidos em assassinos, que não eram sádicos e criminosos por natureza, mas que foram afastados desse discernimento ético, por uma inversão da direção dos instintos, que focaram a execução dos deveres e não o horror causado por uma ordem. A lucidez das pessoas foi aplacada e a “dureza impiedosa” (Arendt, 1975, p. 180) tornou-se uma qualidade estimada. Em casos como esses, é comum as elites disputarem a honra de assumir a liderança das questões de extermínio.

Assim surge a face obscura e perigosa da *Realpolitik*, que se configura por considerações práticas, em detrimento das noções ideológicas e neste caso, expõe o principal fator do sucesso do regime totalitário- o abandono geral das vítimas por seus pares, que culmina na renúncia de identidades individuais e, portanto, gera uma destruição do ser, anterior à morte física.

Os “crimes de guerra” e os “crimes contra a paz” (Arendt, 1975, p. 278) eram cobertos por legislação internacional e consistiam, principalmente, em atos de maus-tratos contra prisioneiros, o que é muito pouco abrangente. Bombardeios e uso de armas esmagadoramente poderosas jamais foram julgados criminosos. A corte dos vitoriosos e autoridade de julgamentos é duvidosa em qualquer caso. Nenhum crime de guerra aliado é denunciado ou julgado.

A estatização fez com que a guerra se tornasse “uma atribuição profissional e técnica de um aparelho militar ciosamente definido e controlado” (Foucault, 1976, p. 41). A citação nos lembra que o poder político não começa no fim da guerra. A guerra presidiu ao nascimento dos Estados, e assim, o direito à paz e as demais leis surgem do horror das batalhas.

A ilusão de que há uma pirâmide de subordinação faz com que o corpo social acredite que é comandado por necessidades de natureza ou por exigências funcionais, que demonstram que a guerra continua, até que haja um vencedor definitivo, o que é uma outra invenção.

O criminoso banal comete atrocidades em circunstâncias que tornam praticamente impossível para eles, saber ou sentir que estão agindo de modo errado. A consciência tranquila advém principalmente do fato de cumprimento do dever. Na tentativa de julgar monstros, foi apresentada a face da passividade humana frente a atos brutais, fator que assusta mais do que as atrocidades por eles cometidas. Mesmo tratados internacionais tornam-se ineficazes na contingência de massacres.

A soberania do Estado transformou-o no imperativo da proteção de uma raça. É assim que regimes totalitários reutilizam uma mitologia popular num panorama ideológico-mítico.

O termo dispositivo, remete, para Giorgio Agamben (2006, p.39) a “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Quanto e quanto mais os dispositivos se difundem e disseminam seu poder sobre diferentes âmbitos da vida e quanto mais os sujeitos se submetem a ele, mais o governo se desvincula da responsabilidade pelas apreensões violentas, pois os cidadãos passam a controlar-se a si próprios.

A função dos dispositivos, como por exemplo os jogos de video-game, que é utilizada como estratégia para demonstrar, na *graphic novel* essa função normalizadora que tratam da guerra e mesmo assim mantém a situação de batalha real escondida, a

submissão a uma tradição familiar ou social, o uso de armas e mesmo os cães representam dispositivos usados com uma certa finalidade ao longo da história. O poder é criado e cria-se poder por meio dos indivíduos e permite-se que a necessidade acrítica humana classifique e una seres, objetos e territórios em grupos distintos.

A busca por um ideal nacionalista ou religioso, veiculado por mecanismos que sobrepõe determinados sujeitos outros, cinda a noção de humanidade da qual não há meios de retornar definitivamente, pois a partir deste ponto, a única alternativa contra a superficialidade dessas separações seria o distanciamento provocado por um pensamento liminar (Mignolo, 2003), centrado em uma contra- força capaz de desestabilizar a memória e a força de “tradições inventadas” (Hobsbawm, 2007). A falta de memória apresentada pode ser lida como uma metáfora que remete ao pensamento de Hobbes, de que apenas o esquecimento poderia romper com as ilusões de retomada de um poder e de uma glória, utilizada há milênios para massacrar populações consideradas mais vulneráveis ou mais ameaçadoras, ou seja, devemos nos desvencilhar dessa desrazão adquirida sob a estabilidade do direito, a fim de redescobrir o infinito da história.

A noção apresentada por Agamben (2006) pode ser entendida como uma tomada estratégica dos objetos de uso pessoal, para controle e massificação das personalidades, logo, segundo essa hipótese, todas as diferenças somem, pois recebemos um novo tipo de uniforme, do qual não nos imaginamos separados e que simbolizam na sociedade do capital, um status, um valor monetário que sobrepõe o valor humano.

O sucesso dos processos de guerra, conforme visto anteriormente, consiste em descaracterizar os sujeitos, efetuando procedimentos que os tornem mortos-vivos, acríticos e sem vontades, a ponto que busquem o suicídio como saída para a dor ou para o tédio ou que permaneçam inertes em suas vidas pré-fabricadas. A morte, nesses casos, torna-se anterior ao final do corpo, por que se se desestabiliza a memória, logo destrói-se a personalidade. Retiram do sujeito o nome próprio e a identidade transformam seu nome em um número no braço. Vestimentas, cabelos, sapatos, enfim, qualquer traço ou dispositivo que sirva à uma distinção real é retirado do sujeito. Portanto, se o outro é o espelho do eu, o que se vê em cada pessoa é a representação da própria miséria o que consequentemente, gera a perda de si mesmo.

Assim como ocorre com os refugiados, cujas características que os diferencia, como os cabelos, são retirados, com os soldados o mesmo também ocorre. Eles são obrigados a estarem uniformizados, subordinados em todos os detalhes. Também seus nomes são substituídos por um nome de guerra, ligado à função militar e ao dever

(inclusive o de matar). A resposta para o apagamento mais parece ser relativa a toda uma sociedade, como se a identidade desestabilizada de um soldado representasse uma inconsciência coletiva.

Resolver o problema e julgar a culpabilidade de sujeitos que foram destituídos de razão utilizando de mecanismos de poder, que efetivamente causam esse apagamento, só seria mais uma armadilha, pois não se desvencilha de um poder servindo a outro. Como aponta Foucault (1976), as leis são armadilhas, são instrumentos do poder para servir a determinados interesses, são feitas pelos conquistadores, são fundadas na invasão e derrota de outros povos. Concessões e revolta são apenas uma outra face da guerra. Toda forma de poder implica uma dominação.

Desta forma, “Não é recorrendo à soberania contra a disciplina que poderemos limitar os próprios efeitos do poder disciplinar, [...] seria antes na direção de um direito novo, que seria antidisciplinar, mas que estaria ao mesmo tempo liberto do princípio da soberania” (Foucault, 1976, pp.34-35). A noção de repressão, que é jurídica, se encontra corrompida e viciada na soberania e normalização implicadas a ela e, portanto, a verdade só pode se manifestar a partir de sua posição de combate, no limite da própria sobrevivência.

Como propõe Jacques Le Goff (2003), devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens, assim, a solução para liberar-se desse poder, não se pauta em um apagamento do passado, mas numa reflexão crítica sobre o que produzimos até então e o que queremos buscar para o futuro.

Ao agir como intensificador de poder, a história destaca uma soberania, sobretudo em relação ao tempo presente. A função de memorização torna-se um registro permanente do poder, capaz de coagir feitos em monumentos, que serão perpetuados, por meio da circulação de exemplos e rituais de fortalecimento da soberania.

## **Referências:**

AGAMBEN, G. **O amigo & O que é um dispositivo?** [2006]; tradução HONESKO, V.N. Santa Catarina: Editora Argos, 2014.

ARENDDT, H. **Eichmann em Jerusalém-** Um relato sobre a banalidade do mal [1906-1975]; tradução SIQUEIRA, J. R. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_ **As Origens do Totalitarismo**: totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1979.

ARFUCH, L. Antibiografias? Novas experiências nos limites: in: SOUZA, E. M; TOLENTNO, E. C; MARTINS, A. B. (orgs.). **O futuro do presente**: arquivo, gênero e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012 (pp. 13-29).

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (pp. 183-191).

FOLMAN, A. **Valsa com Bashir**- Uma história da guerra do Líbano; tradução Gonzaga, P. Rio Grande do Sul: Editora L&M, 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976); tradução ERMANTINA, M. – 2ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

HOBBS, T. **Leviatã**. (1651); tradução D'ANGINA, R.: Ed. Martin Claret, São Paulo, 2006.

HOBBS, E. **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Le GOFF, J. **História e Memória** (1924); tradução LEITÃO, B. et al. – 5ª edição. Campinas: Editora UNICAMP, 2003 (pp 419- 476).

\_\_\_\_\_ **Documento/ Monumento**; (1924) História e memória; tradução LEITÃO, B.[et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LIMA, R. E. **A máquina da memória em movimento**: in: SOUZA, E. M; LaGUARDIA A.; MARTINS A.B. (orgs.). *Figurações do íntimo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 (pp. 31- 44).



MIGNOLO, W. **Histórias Locais / Projetos Globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NORA, P. Entre memória e história- a problemática dos lugares; tradução KHOURY, Y. A.; **Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história**: PUC, São Paulo, 1993.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**; Rio de Janeiro, Revista de Estudos Históricos, vol.2, n. 3, 1989 (pp. 3-15).

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento** (1913); tradução FRANÇOIS A. et al. Campinas: Editora UNICAMP, 2007 (pp.145-194).